



1

2 **ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE**
3 **EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CIEA**

4 Nos dias nove e dez de maio de 2013, realizou-se a quadragésima sétima reunião ordinária
5 da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea, no auditório da Companhia
6 de Engenharia Rural do Estado da Bahia – Cerb. Estiveram presentes, a Diretora de
7 Educação Ambiental Zanna Matos, Rodrigo Stolze e Iala Queiroz representantes da
8 Secretaria do Meio Ambiente – Sema, o coordenador Fábio Fernandes Barbosa
9 representante da Secretaria de Educação – Sec, a coordenadora Bernadeth Simões
10 representante da sociedade civil e demais membros integrantes: Lucimeire Passos –
11 Instituto Mata de Cipó; Cláudio Mascarenhas ; Daniel Barreto – Bioeste; Armandina Lucia
12 Moreira – Sec; Jorge Luiz Farias Silva – Abenfac; Edilene Santos Carvalho – Indígena;
13 Idalécio dos Santos – Território Bioma Mata Atlântica; Almir Requião – Reaba; Marina
14 Sacchi – Rejuma; Luciana da Cunha Leite e Silva – Fieb; Valter Ribeiro da Silva – Setre;
15 Jamilly Ribeiro – Sesab; Aurea Chateaubriand Campos – Uefs, Fábila Maria Lima Pimentel –
16 Sesab, além de convidados. Constaram em pauta: apresentação da pauta da reunião e
17 aprovação da ata; informes; encaminhamentos: definição da representação da Ciea no
18 seminário da Ufba; ofício ao Conselho da Sesab; cartilha da Ciea e outros; reorganização
19 das Câmaras Técnicas e definição da Composição das Câmaras Técnicas; trabalho das
20 câmaras técnicas; apresentação das câmaras técnicas; síntese dos encaminhamentos;
21 avaliação e encerramento. Zanna Matos informou que a Sema recebeu o Parecer da
22 Procuradoria Geral do Estado – PGE sobre a minuta do Decreto de Regulamentação da Lei
23 de Educação Ambiental; será repassado ao Jurídico da Sema para avaliar os pontos
24 sinalizados pela Procuradoria, após será apresentado na próxima reunião da Ciea para
25 rever essa minuta e as eventuais modificações, se houver, bem como verificar se haverá
26 alguma outra questão que fere o Regimento. Maria Alice Cintra representando do Gambá
27 sugeriu que essa avaliação fosse feita primeiramente pelo Grupo de Trabalho de
28 Regulamentação, juntamente com a coordenação da Ciea. Zanna Matos informou que a
29 Diretoria de Educação Ambiental e Sustentabilidade - Dieas estava encaminhando um
30 Termo de Referência – TR a PGE para avaliação da proposta de contratar uma consultoria
31 para construir um Manual Orientador a ser divulgando nos municípios para que possam
32 elaborar seus programas municipais de educação ambiental; disse que foi feito um Folder
33 de sensibilização voltado aos municípios contendo algumas idéias de conceito,
34 procedimentos, de como se constrói um programa; fomentar um banco de dados de projetos
35 que possibilite a aplicação de um condicionante de Educação Ambiental a ser financiado
36 através das Licenças que poderão ocorrer nos municípios. Bernadeth Simões informou que
37 os Colegiados estão se mobilizando para retomada de seu papel efetivo com relação à
38 política territorial; ressaltou que, além do Decreto, a proposta era um marco legal para
39 criação de uma Lei, para que seja uma política de Estado. Armandina Lucia informou que
40 seria realizada naquela mesma data, às 15h00, a Web Conferência referente à 4ª
41 Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente; reiterou a solicitação da
42 Comissão Organizadora Estadual - COE referente as contribuições para elaboração da
43 proposta da metodologia para realização da 2ª. Conferência Estadual Infante Juvenil pelo

44 Meio Ambiente. Almir Requião registrou que o Fórum Florestal do Extremo Sul será
45 realizado nos dias 4 e 5 de junho de 2013, e o secretário Eugênio Spengler foi convidado
46 para proferir uma palestra sobre o Cadastro Ambiental Rural; disse que na oportunidade
47 falará sobre a Ciea no intuito de alertar os produtores Rurais sobre a importância da
48 educação ambiental nas suas localidades. Bernadeth Simões falou da importância das
49 reuniões conjunta e os temas abordados, a exemplo da Convivência com o semiárido.
50 Jamille Ribeiro propôs a possibilidade de um diálogo entre a Ciea e a Secretaria da Saúde;
51 registrou que através da Diretoria de Gestão Ambiental e Saúde foi firmado um Convênio
52 com o Ministério de Saúde para administrar uma plataforma virtual através da ferramenta:
53 “Mapa Colaborativo” para lançar as experiências e práticas populares das regiões da Bahia;
54 sugeriu articular com os espaços que atuam com Território de Identidade para fazer
55 levantamento e mapeamento das experiências com previsão de ser criado um Link para
56 educação ambiental; registrou que estava em processo de Licitação para construção do
57 Termo; informou que durante a implementação dessa proposta será dado conhecimento a
58 Ciea de como será o processo de mobilização e ativação dessa atividade. Idalécio Ribeiro
59 informou que o Programa de Saúde na Escola estava disponível para adesão dos
60 municípios. Maria do Rosário registrou que estava realizando trabalhos nas Escolas
61 Municipais sobre coleta seletiva de lixo no município de Riachão do Jacuípe com proposta
62 para as Escolas Estaduais; solicitou que oportunamente colocasse em pauta para
63 apresentação numa próxima reunião. Teodomiro- FETAG sugeriu realizar reuniões
64 itinerantes da Ciea., com objetivo de discutir com as Comunidades a questão de Educação
65 Ambiental. Zanna Matos passou para os encaminhamentos da pauta anterior: colocou para
66 o plenário definir um representante da Ciea para participar do Seminário que será promovido
67 pela Ufba. a ser realizado no dia 4 de junho na Faculdade de Educação. Bernadeth Simões
68 e Idalécio Ribeiro manifestaram interesse em participar; registrou que foi encaminhado o
69 ofício ao Conselho Estadual de Educação através de Fábio Barbosa; disse que foi sugerido
70 se estender a outros Conselhos. Idalécio Ribeiro apresentou a estrutura de um Folder,
71 proposto para divulgar a Ciea juntamente com Maria Alice que consolidará, posteriormente,
72 a construção da Cartilha de Educação Ambiental; fez demonstração do conteúdo proposto
73 para essa Cartilha que objetiva incentivar os municípios a criar sua própria Comissão de
74 Educação, bem como contribuir no processo de formação. Zanna Matos sugeriu encaminhar
75 o texto proposto por e-mail para apreciação e sugestões. Em seguida passou para lala
76 Queiroz que coordenou a Oficina de reorganização e redefinição da composição das
77 Câmaras Técnicas; propôs fazer uma triagem das Câmaras que foram criadas. Rodrigo
78 Stolze elencou as seis competências das Câmaras Técnicas constantes no Regimento. lala
79 Queiroz colocou os critérios acordados no Regimento para dar procedimentos à
80 reorganização; destacou as sugestões de temas emergentes pela Comissão que poderão
81 ser discutidos nas Câmaras Técnicas e na Comissão. Maria Alice fez colocações sobre os
82 temas levantados na época da construção do Programa de Educação Ambiental – PEA a
83 partir da identificação dos conflitos socioambientais locais. Rodrigo Stolze destacou a
84 proposta de se trabalhar as prioridades e como critério de definição de componentes, o
85 número dos mesmos. Mariana Mascarenhas fez observações para a necessidade de indicar
86 um ponto focal dentro das Câmaras Técnicas para que se tornem mais produtivas.
87 Lucimeire Passos e Claudio Mascarenhas sugeriram algumas fusões de Câmaras Técnicas.
88 Isabelle Blengini sugeriu que a Secretaria de Educação - Sec participasse da Câmara
89 Técnica - CT de Mapeamento e Avaliação. Após algumas observações, foi aprovado a
90 manutenção da Câmara Técnica de Educação Formal Regulação e Licenciamento com
91 sugestão de absorver a Câmara de Financiamento; manter a CT de Mapeamento e
92 Avaliação; a Câmara de Território e Municípios e Agenda 21 com sugestão de absorver a

93 CT de Água e Saneamento; manter a Câmara de Biodiversidade com sugestão de absorver
94 a CT de Movimentos Sociais e Comunidades Tradicionais. Ficou registrado que os membros
95 que estavam ausentes nesta reunião terão um prazo de quinze dias para manifestar, caso
96 haja interesse em participar de uma das Câmaras Técnicas, respectivamente. Foi sugerido
97 encaminhar solicitação ao Instituto do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos - Inema e a
98 Sema para participar da composição das Câmaras. Zanna Matos esclareceu que as
99 Entidades que manifestaram interesse para compor as Câmaras Técnicas ficarão na
100 condição de titular sendo que cada Entidade deverá indicar os respectivos suplentes. Foi
101 decidido que a Câmara Técnica de Ensino Formal será composta de representantes da Sec,
102 Uesb, Ucsal, Setre, Sesab e Instituição de Ensino Básico; a Câmara Técnica Regulação e
103 Licenciamento e Financiamento será composta de representantes da Fieb, Fetag, Germen e
104 Abenfac com proposta de incluir a Prefeitura Municipal de Juazeiro; a Câmara Técnica de
105 Mapeamento e Avaliação será composta por representantes da Sema, Gambá, Reaba, Sec;
106 a Câmara de Território, Municípios, Agenda 21, Água e Saneamento será composta por
107 representantes da Instituição Imbú, Rebal, Prefeitura de Salvador, Bioma Mata Atlântica,
108 Uefs e 10envolvimento; a Câmara Técnica Unidade de Conservação e Biodiversidade,
109 Movimentos Sociais e População Tradicionais será composta por representantes do Promar,
110 Bioeste, Rejuma, Copiba, Sema e Inema. Em seguida os grupos se reunirão para discutir
111 outros encaminhamentos. Maria Alice sugeriu que a Secex informasse aos membros
112 integrantes da Ciea ausentes, que terão o prazo de quinze dias, para manifestar interesse
113 em participar da composição de CT's, sendo que o número de representantes será de três a
114 sete membros, preferencialmente se colocar em Câmaras Técnicas cujo seu segmento não
115 tenha sido contemplado. Dando continuidade a pauta da reunião no dia dez de maio, após
116 reunião dos grupos, apresentaram os resultados dos trabalhos: a Câmara Técnica de
117 Ensino Formal teve como indicado para ponto focal Fábio Barbosa; apresentou
118 encaminhamentos para a 1ª Etapa prevista para 2013: fortalecimento e uma apropriação
119 pelos sistemas educacionais das diretrizes curriculares nacionais de Educação Ambiental,
120 para isso deverá acontecer um diálogo com a coordenação de desenvolvimento de ensino
121 superior de forma que se possa organizar capacitações e processos formativos, mobilizar os
122 Reitores, para que possam oferecer cursos; elaborar uma proposta a ser encaminhada a
123 Secretaria de Educação, sob a responsabilidade dos professores Elísia Dórea e Claudia
124 Santos; disse que o prazo para apresentação dessa proposta será até o dia 20 de junho,
125 após será feita uma socialização com os demais membros da CT e devolver no prazo de
126 dez dias; sugeriram apresentar essa proposta na próxima reunião dos dias 8 e 9 de julho;
127 após essa apresentação colocará a disposição dos demais integrantes da Ciea para
128 eventuais contribuições; reforçou que será circulado através de e-mail no intuito de facilitar o
129 cumprimento desses prazos; ressaltou que propõem após esses encaminhamentos, realizar
130 uma reunião com o Fórum de Reitores das Universidades e apresentar a proposta
131 elaborada; propôs para o dia doze de setembro apresentar os resultados dessa discussão;
132 em seguida constituir um grupo de trabalho para planejar uma Oficina sobre as diretrizes
133 curriculares nacionais de educação ambiental, para que seja uma das ações dentro da
134 Conferência Infante Juvenil pelo Meio Ambiente; registrou como último encaminhamento da
135 reunião da Comissão Organizadora Estadual – COE a proposta metodológica para
136 Conferência Infante Juvenil; ratificou que os Idalécio Ribeiro e Jorge Silva representam a
137 Ciea nesse espaço. Rodrigo Stolze sugeriu que os encaminhamentos de competência da
138 Secex e da Coordenação fossem entregues diretamente. Luciana da Cunha, representante
139 da Câmara Técnica de Licenciamento; disse que fizeram um resgate dos trabalhos
140 evoluídos durante o ano de 2012, para facilitar o andamento das atividades; ressaltou a
141 importância de contar com um representante do Inema nessa Câmara; registrou que

142 encaminhará um convite formal a Diretoria de Regulação do Inema para indicar um
143 representante para compor a Câmara; conhecer e identificar o que já existe de normas,
144 diretrizes de licenciamento; conhecer a Instrução Normativa N-002 do Ibama; disse que foi
145 produzido uma material que poderá facilitar a continuação do que se propõe; disse que a
146 Câmara terá como objetivo desenvolver diretrizes da política em relação ao licenciamento
147 ambiental; faltou definir o ponto focal. Idalécio Ribeiro representante da Câmara Técnica de
148 Territórios e Municípios, Água e Saneamento foi indicado como ponto focal da mesma;
149 apresentou os demais membros: Aurea Chateaubriand, Bernadeth Simões, Lucimeire
150 Passos, Amanda, Sara Lins e Sonia Andrade; destacou que o objetivo dessa Câmara era
151 propor normas e diretrizes para educação ambiental nos Territórios, Municípios e Agenda 21
152 Local, bem como na gestão das águas, nos planos de elementos básicos e resíduos sólidos;
153 elencou as competências dessa CT; informou que foi elaborada uma Resolução para
154 instituição da CT, e finalizando uma Resolução de recomendações aos municípios e
155 territórios no sentido de criar e programar Câmaras setoriais e de meio ambiente e
156 educação ambiental nos territórios; elaboração da agenda 21 local; criar e programar a Ciea
157 e a política de educação ambiental municipal; a inserção de monitoramento ambiental nos
158 planos de saneamento básico e resíduos sólidos que deverá ser executado a partir de um
159 Termo de Referência existente de Educação Ambiental no saneamento básico do Ministério
160 das Cidades; falou que alguns temas emergentes para discussão foram sugeridos:
161 Educação Ambiental que promovam médios e grandes impactos, formação de educação
162 ambiental no âmbito dos Territórios, nos empreendimentos habitacionais, e a questão da
163 Edu comunicação socioambiental. Maria Alice sugeriu que os representantes dessa Câmara
164 tomassem conhecimento do Folder de EA para incluir informações sobre a existência da Lei
165 de Educação Ambiental do Estado e o Programa de Educação Ambiental – PEA; sugeriu
166 incluir, na mídia, informações sobre a Ciea-Ba., a ser distribuídas aos gestores municipais e
167 demais Colegiados; disse que considerava importante que os municípios tomem
168 conhecimento do funcionamento dessas atividades. Passou ao representante da Câmara
169 Técnica Unidade e Conservação, Movimentos Socioambientais Daniel Barreto indicado
170 como ponto focal; registrou os demais componentes: Nelma Freitas, Marina Alonso, Edilene
171 Carvalho, Jamilly Ribeiro destacou que o objetivo dessa Câmara era fortalecer o papel das
172 Unidades e Conservação nas Comunidades Tradicionais e Movimentos socioambientais
173 para a promoção e proteção da biodiversidade nas três esferas de Governo e também na
174 iniciativa privada; citou os documentos norteadores; fez levantamento de alguns problemas
175 críticos, a saber: a ausência de instrumentos de gestão; pouca presença de Gestores e
176 menos atuantes; disse que a Educação Ambiental na Unidade de Conservação era
177 considerada como condicionante sem obrigatoriedade; ausência de sensibilização da
178 sociedade, principalmente nas Comunidades Tradicionais inseridas nas Unidades de
179 Conservação para formação de Conselho Gestores; falta de incentivo do Estado e auto
180 burocracia para criação de novas Unidades de Conservação pública ou particular; falta de
181 um programa ambiental que foque na especificidade das comunidades tradicionais e nas
182 Unidades e entorno; ausência de material didático para Escolas Estaduais que foque na
183 biodiversidade do Estado da Bahia em específico os Biomas; registrou algumas metas a
184 serem alcançadas: articulação da Sema/Inema/Secex para estimular a participação dos
185 Líderes Gestores das Unidades de Conservação nas reuniões dos Territórios, Comitês de
186 Bacias dos Colegiados de uma forma geral; adequar o Inceia a realidade Estadual; sugerir
187 elaboração de uma estratégia no âmbito Estadual de Educação e Comunicação; contribuir
188 para o fortalecimentos Gestores na Unidade de Conservação através de Encontros da
189 Câmara junto com os Conselhos existentes; incentivara integração entres os entes federal,
190 estadual e municipal através de parcerias com a Diretoria de Unidade e Conservação –

191 Diruc/Inema promovendo Encontros de UC's por Território; fomentar a criação de câmaras
192 técnicas e Programas de educação ambiental, fomentar o mapeamento das Unidades e
193 Conservação com diagnóstico sócio participativo para valorização cultural do entorno,
194 conhecimento do contexto, identificação dos conflitos, sobre a ótica da Comunidade;
195 estimular os Conselhos Gestores das UC's a sensibilizar toda sociedade a participar da
196 Gestão da própria Unidade; acompanhar os projetos no Estado referente às UC's,
197 Movimentos e Comunidades Tradicionais para estimular a inserção de Educação Ambiental
198 nesses projetos e contribuir para criação de estratégia permanente de Educação Ambiental
199 nas Unidades com a metodologia que valorize os saberes e práticas tradicionais; focou três
200 pontos que poderão ser executados: convidar especialistas ou colaboradores para participar
201 da Câmara com objetivo de fortalecer e orientar nas discussões mais específica; realizar o
202 levantamento de documentos orientadores para disponibilizar no Fórum Virtual do Meio
203 Ambiente; contribuir com o Projeto Boca Pio indicando material didático com levantamento
204 de publicação específica; elaborar uma estratégia de Estadual de Educação e Comunicação
205 Ambiental em Unidade de Conservação; dramatizar Educação Ambiental em Unidade de
206 Conservação; elaborar as diretrizes para realização de encontros estadual de gestores de
207 Unidade de Conservação. Almir Requião sugeriu acrescentar ausência de material didático
208 para os ecossistemas para estudos e aulas de Educação Ambiental. Fábio Barbosa
209 informou que existe materiais utilizado intitulado "Ciência na Escola" que trata da realidade
210 socioambiental do Estado da Bahia com informações sobre diferentes Biomas; disse que a
211 Prefeitura dispõe de um Atlas Ambiental de Salvador; sugeriu fazer um levantamento de
212 material existente. Idalécio Ribeiro sugeriu rever os objetivos e ações elencados pela CT de
213 Unidade e Conservação, Movimentos Tradicionais estão voltados somente para as
214 Unidades de Conservação. Passou a apresentação da Câmara Técnica de Mapeamento e
215 Avaliação; Isabelle Blengini foi indicada para ser o ponto focal, Almir Requião, Zanna Matos
216 e como convidadas Maria Alice e Michele -Dieas com proposta de convidar um
217 representante da Sec; o objetivo era propor e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos
218 de mapeamento atualmente; promover apresentações dos trabalhos de mapeamento,
219 discussões e análise na plenária da Ciea; elaboração e orientação para os trabalhos de
220 mapeamento; manter uma constante avaliação dos dados levantados para elaboração de
221 diagnóstico; elaborar recomendações para o banco de dados; estimular a troca de
222 informações entre as Instituições dos diferentes setores; incentivar os representantes da
223 Comissão para divulgar entre os seus pares; relatou como se dará o processo de
224 mapeamento; destacou que o mapeamento estava ocorrendo nos vinte e sete Territórios,
225 sendo quatorze da Uefs. e seis da Uesb. em processo de aprovação; registrou que a Uefs.
226 já iniciou os trabalhos de elaboração do Plano de mapeamento das experiências
227 socioambiental para levantamento e construção do Banco de Dados; informou que, no dia
228 sete de maio a Câmara se reuniu com a participação da Coordenação e Modernização –
229 CMO da Sema para retomar as atividades, na qual foi apresentado e discutido o sistema do
230 banco de dados, em construção; várias questões foram levantadas; registrou que foi
231 trabalhada a proposta de uma Resolução para formalização da Câmara Técnica mais
232 definida. Claudia Coelho informou que manterá contato com as coordenações de Território
233 para manter informados do Roteiro do que deverá ser apresentado, em seguida serão
234 colhidas às informações. Maria Alice apresentou a proposta de Resolução que formalizará a
235 criação das Câmaras Técnicas. Daniel Barreto sugeriu elaborar uma única Resolução que
236 cria todas as Câmaras e a nomeação dos integrantes que a comporão, respectivamente,
237 através de Portaria da Ciea-Ba., ou outro mecanismo. Maria Alice salientou que
238 considerava ser competência da Coordenação da Ciea e a Secex dar andamento e
239 oficialização do Regimento Interno. Rodrigo Stolze informou que a demora do retorno do

240 Regimento Interno da Ciea para aprovação, ainda não foi possível devido a um Parecer da
241 PGE sobre o Decreto de Regulamentação que considerou o conteúdo das atribuições da
242 Ciea, além do previsto na Lei de Meio Ambiente que cria a Ciea; disse que será verificado
243 se há outras incompatibilidades, após a análise dos dois documentos. Foi sugerido que,
244 antes do encaminhamento final do Decreto de Regulamentação fosse apresentado ao
245 Grupo de Trabalho - GT de Regulação. Daniel Barreto sugeriu que a Secex convidasse um
246 membro da Câmara Técnica de Saneamento da Ciea para participar da reunião conjunta do
247 Cepram e Concidades a ser realizada no dia 14 de maio de 2013, na qual será discutido o
248 Plano de Resíduos Sólidos. Sugeriram a participação de Sonia Andrade membro da
249 Câmara. Maria Alice sugeriu que a Secex convidasse as Universidades de Feira de Santana
250 e Sudoeste da Bahia para apresentar os trabalhos que estão sendo desenvolvidos referente
251 ao Mapeamento socioambiental, na próxima reunião do mês de julho de 2013. Rodrigo
252 Stolze registrou que a Secex deverá encaminhar ofício às diretorias de Regulação e
253 Unidade de Conservação do Inema para solicitar a indicação de representantes para
254 compor as Câmaras Técnicas de Educação Ambiental e Unidade, Conservação e
255 Biodiversidade. Fábio informou que a partir desta reunião os encaminhamentos serão
256 registrados em um formulário específico. A Coordenadora Zanna Matos agradeceu a
257 presença de todos. A sessão foi encerrada, Eu, Eliuda Soares lavro esta Ata que vai
258 assinada por mim e os demais membros integrantes desta Comissão. Salvador, 09 e 10 de
259 maio de 2013.

260 **Coordenação:**

261 Zanna M^a R. de Matos

262 Bernadeth Simões

263 Fábio Barbosa

264 **Membros:**

265 Almir Requião – Reaba

266 Isabelle Blengini – Reaba

267 Armandina Lucia Moreira – Sec

268 Aurea Chateaubriand Campos – Uefs

269 Edilene Santos Carvalho – Indígena

270 Fábيا Maria Lima Pimentel – Sesab

271 Idalécio dos Santos – Território Bioma Mata Atlântica

272 Jamilly Ribeiro – Sesab

273 Jorge Luiz Farias Silva – Abenfac

274 Luciana da Cunha Leite e Silva – Fieb

275 Lucimeire Passos – Instituto Mata de Cipó

276 Marina Sacchi – Rejuma

277 Nelma dos Santos Freitas – Pró-Mar

278 Sara Reis – Rebal

279 Rodrigo Stolze Pacheco – SEMA

280 Armandina Lucia Costa – Seagri

281 Valter Ribeiro da Silva – Setre

282 Sônia Maria Oliveira Andrade – Prefeitura de Salvador

283 Ian Aguzzoli – Germem

284 Daniel Melo Barreto – Bioeste

285 Claudia Coelho Santos – UESB

286 Lygia Paraguassú Baptista – UCSAL

287 Maria do Rosário M. de Almeida – Colégio Estadual João Campos

288 Teodomiro Paulo Queiroz de Souza – Fetag-BA

289 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**
290 Iala Serra Queiroz
291 Mariana Mascarenhas